CURSINHOS POPULARES COMO PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA POPULAR AO EMPRESARIAMENTO DA EDUCAÇÃO NA REDE ESTADUAL PAULISTA: UM ESTUDO SOBRE A EDUCAÇÃO POPULAR NA REGIÃO DE JUNDIAÍ/SP[1]

Matheus Luiz de Souza Céfalo[2]
Fabiana Rodrigues de Sousa[3]

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta parte de uma investigação de doutorado em andamento, vinculada à linha Educação, Sociedade e Processos Formativos do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade São Francisco (USF). A pesquisa toma como objeto os cursinhos populares da região de Jundiaí/SP entre 2017 e 2027 e os examina a partir das contradições geradas pela reforma do Ensino Médio e pelo avanço da plataformização e do empresariamento na educação pública do estado de São Paulo (Freitas, 2018; Laval, 2004). A hipótese que orienta o estudo é a de que essas reformas vêm esvaziando o currículo, o que compromete a formação dos/as estudantes da rede estadual e, consequentemente, as possibilidades reais de que eles/as cheguem ao Ensino Superior.

A investigação tem raízes na trajetória do autor na Educação Popular. Durante a pandemia de covid-19, ele lecionou Ciências Humanas no Cursinho Para Todos, em Várzea Paulista/SP, município vizinho a Jundiaí/SP, onde mora e atua profissionalmente. Outra origem da pesquisa foram as conversas com estudantes de Pedagogia de uma instituição de Ensino Superior da região que haviam chegado à graduação depois de frequentar o Cursinho Para Todos e o Cursinho Professor Chico Poço. Esses diálogos mostraram que, para boa parte da juventude trabalhadora local, o caminho até a universidade dependeu de iniciativas populares organizadas à margem da escola pública estadual.

[1]Trabalho vinculado à pesquisa de doutorado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade São Francisco – USF, realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.
[2]Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade São Francisco – USF, bolsista CAPES, matheus_cefalo@hotmail.com.
[3]Orientadora. Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Professora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade São Francisco – USF, fabiana.sante@usf.edu.br.

A articulação entre cursinhos populares e ampliação do acesso ao Ensino Superior acompanha a história brasileira desde o século XX (Simão; Silva Neto; Torres, 2020). Ainda assim, delimitou-se o período de 2017 a 2027 para apreender as mudanças históricas ocorridas sob as reformas empresariais na rede paulista, desencadeadas pelas alterações no Ensino Médio previstas nas Leis nº 13.415/2017 e nº 14.945/2024 (Brasil, 2017; 2024). O marco inicial corresponde ao começo da primeira reforma, e o final abrange o tempo presente em que a pesquisa se desenvolve. A escolha também se justifica pela escassez de estudos, sobretudo de teses, dedicados a esse período e a esse território.

Com base na História do Tempo Presente, investiga-se de que maneira quatro cursinhos populares (Rede Emancipa Jundiaí, EducaTrans Jundiaí, Cursinho Professor Chico Poço e o já encerrado Cursinho Para Todos) se constituíram como espaços de resistência popular. A hipótese é que eles combinam organização coletiva e resistência pedagógica e não se limitam a uma função compensatória. A pergunta que conduz a investigação é a seguinte: como os cursinhos populares da região de Jundiaí/SP manifestam, em suas práticas pedagógicas e formas de organização, uma resistência popular ao esvaziamento curricular decorrente das reformas empresariais na educação pública paulista?

O objetivo geral da tese consiste em analisar como esses cursinhos atuam na construção de práticas de resistência e de organização popular diante do esvaziamento curricular da escola pública paulista, tendo como referência a Educação Popular e a História do Tempo Presente. São objetivos específicos: denunciar as mudanças curriculares da rede pública paulista ligadas ao empresariamento da educação; mapear os cursinhos populares da região, identificando as concepções pedagógicas e políticas que os orientam; compreender as histórias e os percursos formativos de estudantes e voluntários/as; e analisar os limites e as contradições dessas experiências de Educação Popular. Neste texto, o propósito é expor o caminho metodológico percorrido e os resultados parciais alcançados, contribuindo para a discussão metodológica em pesquisas voltadas à educação pública e às práticas educativas inspiradas na Educação Popular.

Inspirada na proposta de tessitura textual de Eggert, Silva e Della Libera (2022), a investigação se organiza em três fios que entrelaçam referencial teórico e metodologia. O primeiro reúne as reformas empresariais, o esvaziamento curricular e a descaracterização da função social da escola pública paulista (Freitas, 2012; 2018; Laval, 2004; Libâneo, 2016). O segundo é o da Educação Popular: articula a análise teórica fundamentada no materialismo histórico-dialético à dimensão metodológica da escuta sensível (Sousa; Lima, 2022) e da pesquisa participativa (Brandão, 1981). O terceiro trata da historicidade dos/as sujeitos e dos

coletivos pesquisados e se apoia na História do Tempo Presente (Rousso, 1996) e na História Oral (Pollak, 1992; Alberti, 2004).

METODOLOGIA

A investigação dos desafios e das potencialidades dos cursinhos populares da região de Jundiaí/SP adota uma abordagem qualitativa, voltada a compreender as tensões entre as reformas educacionais e as práticas elaboradas pelos coletivos organizados. No plano metodológico, a pesquisa combina contribuições da Educação Popular e da História do Tempo Presente e se desenvolve por meio de três procedimentos. O primeiro é a observação participante no Cursinho Professor Chico Poço, no EducaTrans Jundiaí e na Rede Emancipa Jundiaí. O segundo é a pesquisa participativa, que recorre a entrevistas semiestruturadas, cartas pedagógicas e rodas de conversa com estudantes, ex-estudantes, voluntários/as e ex-voluntários/as desses cursinhos e também do Cursinho Para Todos, que encerrou suas atividades em 2024. O terceiro é a análise documental de leis, diretrizes curriculares e materiais pedagógicos, tanto os elaborados pelos próprios cursinhos quanto os produzidos pelas instâncias oficiais.

Na etapa inicial, foram mapeados os cursinhos populares em funcionamento na região, e a revisão de literatura foi feita em dois momentos. No primeiro, consultaram-se o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e a SciELO Brasil com os descritores “cursinhos populares” e “cursinho popular”, isolados e combinados com “Jundiaí”. No segundo, examinaram-se os anais das 38ª, 39ª, 40ª e 41ª Reuniões Nacionais da ANPEd e das 13ª, 14ª, 15ª e 16ª Reuniões Regionais da ANPEd Sudeste, que cobrem o intervalo de 2017 a 2024.

A escolha pela pesquisa participativa decorre da intenção de incluir os/as participantes no movimento de denúncia e anúncio (Freire, 2021). A denúncia recai sobre as condições que dificultam a chegada dos/as estudantes do Ensino Médio da rede estadual paulista ao Ensino Superior. O anúncio aponta para um “inédito-viável” (Freire, 2021), construído por quem vive e enfrenta esses mesmos problemas. Assume-se, assim, que a tese pretende dialogar com os sujeitos da pesquisa, e não falar em nome deles.

Segundo Pitano (2023), a pesquisa participativa é uma metodologia de concepção freireana que tem como principais características:

> Dinamismo e historicidade da realidade (existência de realidades). Constituída de elementos materiais e simbólicos (objetividade e subjetividade). Impossibilidade de neutralidade. Voltada para compreender e transformar a realidade. Desenvolvida com

> os sujeitos, que são totalmente protagonistas do processo. Integração dos sujeitos oprimidos em todos os momentos do processo, almejando a quebra de hierarquias em relação ao conhecimento e à justiça social (Pitano, 2023, p. 10-11).

Nesse sentido, as rodas de conversa, inspiradas nos círculos de cultura freireanos, constituem "[...] um instrumento de produção de dados que tem como matéria-prima a memória despertada pela conversa com os pares" (Moura; Lima, 2014, p. 98). As cartas pedagógicas, por sua vez, "[...] têm o potencial de rememorar experiências vividas, por meio de registros de ações individuais e coletivas, apontadas pelos sujeitos da pesquisa" (Paulo, 2023, p. 5), e serão elaboradas com base nos cinco apontamentos propostos por Freitas (2021): experiência, destinatário/a, título, motivação e problemática e "provoc-ação" ao diálogo. O Quadro 1 sintetiza o desenho da produção de dados.

Quadro 1 – Procedimentos de produção de dados

Procedimento	Participantes / fontes	Quantitativo	Período
Observação participante	Atividades formativas da Rede Emancipa Jundiaí, EducaTrans Jundiaí e Cursinho Professor Chico Poço	3 coletivos em atividade	ago.–dez. 2026
Entrevistas semiestruturadas	Organizadores/as dos cursinhos em atividade	8 entrevistas	2º sem. 2026
Cartas pedagógicas	Ex-voluntários/as do Cursinho Para Todos (recrutamento por bola de neve)	8 participantes; 3 momentos de troca	2º sem. 2026
Rodas de conversa	Estudantes, ex-estudantes e voluntários/as dos cursinhos em atividade	9 rodas de cerca de 60 min (até 35 participantes por coletivo)	2º sem. 2026 e 1º sem. 2027
Análise documental	Leis nº 13.415/2017 e 14.945/2024, Currículo Paulista, documentos da plataformização e materiais dos cursinhos	Corpus em constituição	2026–2027

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Prevê-se a participação de 121 pessoas maiores de 18 anos: 105 estudantes, ex-estudantes e voluntários/as; 8 organizadores/as dos cursinhos que seguem em funcionamento; e 8 ex-voluntários/as do Cursinho Para Todos. A participação depende da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o que só ocorrerá depois que o projeto for submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa e aprovado por ele. Inicialmente, as rodas de conversa terão as seguintes etapas: acolhida e sensibilização; levantamento do tema gerador; problematização; sistematização e síntese coletiva; definição de compromissos; e encerramento. Elas se organizarão em torno de três temas geradores: o direito à educação e o acesso ao Ensino Superior; o esvaziamento curricular e as reformas educacionais; e as resistências, potencialidades e perspectivas dos cursinhos enquanto espaços de organização

popular. Como a atividade tem natureza dialética, os/as participantes poderão propor outros temas geradores ao longo do processo.

Os dados serão analisados em quatro etapas. A primeira trata da documentação escrita. Ela segue as cinco dimensões de análise documental formuladas por Cellard (2008) (contexto, autoria, autenticidade e confiabilidade, natureza do texto e conceitos-chave e lógica interna) e a análise de conteúdo de Bardin (1977), com suas fases de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. A segunda abrange os registros produzidos na observação participante. A terceira se dedica às entrevistas, à luz da História Oral (Pollak, 1992; Alberti, 2004) e da História do Tempo Presente (Rousso, 1996). A quarta trata das rodas de conversa e das cartas pedagógicas, com base em unidades de significado e nos termos êmicos indicados pelo próprio grupo, para identificar tanto as denúncias de "situações-limites" (Freire, 1983, p. 107) quanto o anúncio de inéditos viáveis. Em todas as etapas, adota-se uma perspectiva epistemológica dialética, fundamentada nas leis da interação universal, do movimento universal, da unidade dos contrários, da transformação da quantidade em qualidade e do desenvolvimento em espiral (Cavalcanti, 2014).

Por fim, registra-se que este resumo expandido contou com o apoio da ferramenta de inteligência artificial generativa *Claude Anthropic* – versão *Opus* 5.5, na sistematização, na organização e na revisão textual da escrita elaborada pelos pesquisadores. A ferramenta não foi usada para produzir nem para analisar dados empíricos, e também não participou da escolha do referencial teórico-metodológico, que é decisão exclusiva dos pesquisadores. Os autores revisaram criticamente todo o texto e respondem integralmente por seu conteúdo, pela conferência das referências e pela exatidão das citações. Esta declaração reflete o compromisso ético, dialógico e não neutro que orienta a pesquisa, pois a transparência sobre os meios de produção do conhecimento é requisito da integridade científica.

REFERENCIAL TEÓRICO

O primeiro fio da investigação trata das reformas empresariais da educação. Para Freitas (2012; 2018), essas reformas são conduzidas por uma nova direita que une interesses privados e a máquina estatal. Elas levam a racionalidade de mercado para dentro da escola pública por meio de currículos padronizados, avaliações em larga escala, mecanismos de responsabilização e processos de privatização. Laval (2004) segue a mesma linha ao criticar a submissão da escola às demandas econômicas, que reduz o conhecimento a capital humano e a formação a mero ajustamento. Libâneo (2016), por sua vez, identifica nas políticas educacionais brasileiras um desfiguramento da escola e do conhecimento escolar, no qual a socialização do saber

sistematizado perde lugar para finalidades instrumentais e para uma escola de acolhimento social. A noção de esvaziamento curricular adotada nesta pesquisa parte desse cenário.

As teorias críticas de currículo permitem compreendê-lo como território de disputa. Apple (2006) mostra que o currículo jamais é neutro: ele resulta de uma seleção cultural atravessada por relações de poder e pela ideologia dos grupos hegemônicos. Gimeno Sacristán (2013) entende o currículo como uma construção que se dá em vários níveis, do prescrito ao efetivamente realizado. Essa perspectiva ajuda a examinar as mediações entre as políticas oficiais e o que acontece nas práticas. Goodson (2018) enfatiza a natureza sócio-histórica do currículo, que só pode ser compreendido quando se investigam os conflitos que lhe deram origem. Assim, estudar os cursinhos populares implica pôr em confronto o currículo prescrito pela rede estadual e o currículo vivido nesses coletivos.

O segundo fio se fundamenta na Educação Popular entendida como campo da pedagogia crítica (Paulo, 2023). De tradição latino-americana e constituída em oposição ao pensamento neoliberal (Adams, 2022), ela se orienta pelos seguintes princípios metodológicos:

> [...] parte-se da realidade dos oprimidos (sua condição, seus problemas, suas potencialidades); estimula-se o diálogo problematizador sobre as situações vividas; segue-se a busca da compreensão das causas, das heranças históricas e das suas relações com a realidade mais ampla; procede-se à identificação de possibilidades de superação, trabalhando igualmente a integralidade do ser individual e do social articulados, a elaboração coletiva de propostas e projetos a serem colocados em prática pelos envolvidos, superando gradativamente a dependência, o fatalismo, o medo, o paternalismo ou o assistencialismo (Adams, 2022, p. 12).

Sob esse prisma, Fernandes (2016, p. 482) entende que o legado da pedagogia crítica freireana constitui uma "[...] forma de emancipação e um projeto para a libertação política e social para um mundo sem opressão", que "[...] se dá através da práxis autêntica: a relação dialética entre ação e reflexão". Essa compreensão se aproxima da epistemologia do materialismo histórico-dialético, a qual, conforme Martins e Lavoura (2018, p. 224), estabelece uma "relação entre a dimensão ontológica e a dimensão epistemológica da realidade". Seu ponto de partida é o empenho em apreender os objetos e fenômenos "[...] tais quais eles verdadeiramente são na prática" (Martins; Lavoura, 2018, p. 225). Adota-se, assim, uma perspectiva dialética que procura compreender o objeto como totalidade, "[...] desde uma perspectiva histórica de mudanças e contradições" (Cavalcanti, 2014, p. 987).

Nesse campo, a contribuição de Freire (1983) para a investigação dialética é notória. Sua obra se empenha em denunciar as contradições da realidade concreta e em anunciar a

urgência de uma práxis comprometida com a transformação social, tomando a dialogicidade como "essência da educação como prática da liberdade" (Freire, 1983, p. 89).

O terceiro fio se constrói a partir da História do Tempo Presente (Rousso, 1996), que valoriza o testemunho oral como fonte histórica capaz de iluminar processos ainda em curso. Nas palavras de Elíbio Júnior (2021, p. 20), "o tempo presente nos coloca diante do tempo da vida e do vivido em uma tentativa de compreender os vivos em seu tempo. Ao buscar processos em movimento e trajetórias não encerradas, a HTP [História do Tempo Presente] é uma história da vida". Na interface com a História Oral, a memória é tomada como construção social, atravessada por disputas e enquadramentos e constitutiva das identidades coletivas (Pollak, 1992). Seu registro, por isso, requer cuidado rigoroso no tratamento das narrativas (Alberti, 2004). Sousa e Lima (2022) mostram, por fim, a potência do encontro entre História Oral e Educação Popular, assentado no diálogo e na escuta sensível. É esse encontro que sustenta a articulação dos três fios aqui expostos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por se tratar de uma pesquisa em andamento, os resultados aqui apresentados referem-se à revisão bibliográfica, ao mapeamento inicial dos coletivos e à análise documental preliminar. A primeira etapa da revisão bibliográfica, realizada entre março e setembro de 2026, apresentou os resultados expressos no Quadro 2.

Quadro 2 – Levantamento bibliográfico (março a setembro de 2026)

Descritor(es)	Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES	BDTD	SciELO
Cursinhos populares	98	98	4
Cursinho popular	96	105	7
Cursinhos populares + Jundiaí	0	0	0
Cursinho popular + Jundiaí	0	0	0

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Observa-se, a partir do Quadro 2, que, apesar da crescente produção acadêmica sobre cursinhos populares no último decênio, não foram identificadas pesquisas que tenham as experiências de Educação Popular da região de Jundiaí/SP como objeto de investigação. A leitura dos títulos, objetivos e metodologias dos trabalhos levantados evidencia, ainda, que a produção concentra-se em temáticas como a democratização do acesso ao Ensino Superior, as trajetórias de estudantes e docentes, o ensino de componentes curriculares específicos e a experiência de cursinhos vinculados a universidades públicas ou a movimentos sociais,

sobretudo na capital paulista e em outros estados. A articulação entre os cursinhos populares e as reformas do Ensino Médio, por sua vez, aparece de forma marginal no corpus analisado, o que reforça o caráter inédito da proposta, sobretudo quando combinada a temática com o território investigado e com a metodologia participativa adotada.

No que se refere ao mapeamento, foram identificados quatro coletivos que compõem o campo empírico da pesquisa, cuja diversidade de origens e vínculos organizativos constitui, ela própria, um dado relevante para a análise: a Rede Emancipa Jundiaí, vinculada a um movimento social de educação popular de abrangência nacional; o EducaTrans Jundiaí; o Cursinho Professor Chico Poço; e o Cursinho Para Todos, cujo encerramento, em 2024, converte-se em objeto de investigação historiográfica, haja vista a necessidade de registrar a memória de uma experiência que já não existe, mas que marcou trajetórias de estudantes e voluntários/as da região. Nesse sentido, a História do tempo presente permite compreender o encerramento desse coletivo não como fato isolado, mas como expressão das condições materiais em que as iniciativas populares se sustentam.

Quanto à análise documental preliminar, evidencia-se que a Lei nº 13.415/2017 promoveu a reorganização do Ensino Médio a partir da limitação da carga horária destinada à formação geral básica e da introdução de itinerários formativos (Brasil, 2017), o que, à luz de Libâneo (2016) e Freitas (2018), pode ser compreendido como expressão do desfiguramento da função social da escola pública e da redução do acesso ao conhecimento sistematizado. A Lei nº 14.945/2024, por sua vez, recompôs a carga horária da formação geral básica (Brasil, 2024), o que exige investigar, no movimento contraditório das políticas, em que medida tal recomposição altera, ou não, a lógica empresarial que orienta a organização curricular da rede estadual paulista, marcada também pelos processos de plataformização do ensino. Trata-se, portanto, de captar o objeto em movimento (Cavalcanti, 2014). Diante do exposto, a articulação entre os três fios permite delinear as primeiras categorias de análise da tese, sintetizadas no Quadro 3.

Quadro 3 – Fios da investigação, referenciais e categorias de análise

Fio	Referenciais	Procedimentos	Categorias iniciais
a) Reformas empresariais e esvaziamento curricular	Freitas (2012; 2018); Laval (2004); Libâneo (2016); Apple (2006); Gimeno Sacristán (2013); Goodson (2018)	Análise documental (Cellard, 2008; Bardin, 1977)	Currículo prescrito; função social da escola; plataformização
b) Práticas de Educação Popular	Freire (1983; 2021); Adams (2022); Paulo (2023); Martins e Lavoura (2018); Cavalcanti (2014)	Observação participante; rodas de conversa; cartas pedagógicas	Situações-limites; inédito-viável; currículo vivido; organização coletiva

Fio	Referenciais	Procedimentos	Categorias iniciais
c) Memória e resistência no tempo presente	Rousso (1996); Elíbio Júnior (2021); Pollak (1992); Alberti (2004); Sousa e Lima (2022)	Entrevistas; cartas pedagógicas	Memória coletiva; trajetórias formativas; resistência popular

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Ressalte-se que os instrumentos construídos para a pesquisa, sobretudo o roteiro das entrevistas e os temas geradores das rodas de conversa, já explicitam contradições que orientarão a análise. A primeira refere-se à tensão entre a preparação propedêutica para o Exame Nacional do Ensino Médio e os vestibulares e a formação crítica dos/as estudantes, isto é, ao risco de que os cursinhos reproduzam, ainda que involuntariamente, uma lógica de educação bancária (Freire, 1983). A segunda diz respeito à dupla face dos cursinhos populares: se, por um lado, denunciam a insuficiência da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, por outro, podem expressar a transferência da responsabilidade educacional do Estado para iniciativas populares, sustentadas majoritariamente por trabalho voluntário. Tais contradições, que compõem a hipótese da tese, não serão tomadas como dados a priori, mas investigadas com os/as participantes, na perspectiva da unidade dos contraditórios (Cavalcanti, 2014).

Por fim, cumpre salientar que a observação participante, iniciada no segundo semestre de 2026, encontra-se em fase inicial, de modo que os resultados empíricos decorrentes das entrevistas, das rodas de conversa e das cartas pedagógicas serão apresentados em trabalhos posteriores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se, neste trabalho, apresentar o percurso metodológico de uma pesquisa de doutorado em andamento que investiga os cursinhos populares na região de Jundiaí/SP como práticas de resistência popular ao empresariamento da educação na rede estadual paulista. A revisão bibliográfica evidenciou a inexistência de pesquisas sobre as experiências de Educação Popular nesse território, bem como a incipiente articulação, no campo, entre cursinhos populares e as reformas do Ensino Médio, o que reforça a relevância e o ineditismo da investigação.

Do ponto de vista metodológico, a tessitura entre os três fios – reformas empresariais e esvaziamento curricular, práticas de Educação Popular e memória e resistência no tempo presente – permite articular a denúncia das contradições das reformas educacionais e o anúncio das iniciativas populares que se desenvolveram na região. A combinação entre observação participante, entrevistas, rodas de conversa, cartas pedagógicas e análise documental, sob o

olhar epistemológico do materialismo histórico-dialético, expressa o compromisso de produzir conhecimento com os sujeitos, e não sobre eles.

Como hipótese, sustenta-se que, diante da precarização curricular promovida pelas reformas, os cursinhos populares emergem simultaneamente como denúncia da insuficiência do Estado e como espaços de democratização do acesso ao Ensino Superior, mobilizando práticas pedagógicas críticas e coletivas. Espera-se, assim, contribuir para o debate sobre a função social dos cursinhos populares, evidenciando seus limites, contradições e potencialidades enquanto experiências educativas vinculadas à luta pelo direito à educação, além da produção historiográfica sobre a Educação Popular no Brasil, pois parte-se da premissa freireana de que "é algo importante perceber que a realidade social é transformável [...]" (Freire, 2022, p. 59).

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento da pesquisa, e aos/às estudantes, voluntários/as e organizadores/as dos cursinhos populares da região de Jundiaí/SP, que, com suas práticas cotidianas, mantêm viva a Educação Popular.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Telmo. Um olhar histórico sobre a educação popular na América Latina. **Conjectura: Filosofia e Educação**, Caxias do Sul, v. 27, e0220051, 2022. Disponível em: https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/10907. Acesso em: 9 out. 2025.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

APPLE, Michael W. **Ideologia e currículo**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Pesquisa participante**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho de 2007 [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil*03*/ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 28 out. 2026.

BRASIL. **Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de definir diretrizes para o

ensino médio [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil*03*/ato2023-2026/2024/lei/l14945.htm. Acesso em: 28 out. 2026.

CAVALCANTI, Alberes de Siqueira. Olhares epistemológicos e a pesquisa educacional na formação de professores de ciências. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 4, p. 983-998, out./dez. 2014. DOI: https://doi.org/10.1590/s1517-97022014121459.

CELLARD, André. A análise documental. *In*: POUPART, Jean *et al*. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

EGGERT, Edla; SILVA, M. A. da; DELLA LIBERA, A. L. da C. Dos fios que se interpenetram na tecelagem: um conceito para os estudos feministas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 30, n. 2, e77384, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/9KxzK67y38nhxZxSWfxpLMN/. Acesso em: 10 jun. 2025.

ELÍBIO JÚNIOR, Antônio Manoel. A História do Tempo Presente: reflexões sobre um campo historiográfico. **Cadernos do Tempo Presente**, São Cristóvão, v. 12, n. 1, p. 13-27, jan./jun. 2021. Disponível em: https://periodicos.ufs.br/tempo/article/view/15714. Acesso em: 25 maio 2026.

FERNANDES, Sabrina. Pedagogia crítica como práxis marxista humanista: perspectivas sobre solidariedade, opressão e revolução. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 37, n. 135, p. 481-496, abr./jun. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/4vSnkJhLd4wMzJjNFDdfxLK/. Acesso em: 9 out. 2025.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 19. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 28. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREITAS, Ana Lúcia Souza de. Carta sobre Cartas Pedagógicas: homenagem a Paulo Freire no ano do centenário de seu nascimento. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 65, 2021. DOI: https://doi.org/10.15210/caduc.v0i65.22096.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr./jun. 2012.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GIMENO SACRISTÁN, José (org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

GOODSON, Ivor F. **Currículo**: teoria e história. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2018.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Planta, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 46, n. 159, p. 38-62, jan./mar. 2016.

MARTINS, Lígia Márcia; LAVOURA, Tiago Nicola. Materialismo histórico-dialético: contributos para a investigação em educação. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 34, n. 71, p. 223-239, set./out. 2018. DOI: https://doi.org/10.1590/0104-4060.59428.

MOURA, A. F.; LIMA, M. G. A reinvenção da roda: roda de conversa: um instrumento metodológico possível. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v. 23, n. 1, p. 98-106, jan./jun. 2014.

PAULO, Fernanda. Cartas pedagógicas como instrumento metodológico de pesquisas participativas. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, v. 9, e023019, p. 1-15, 2023. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8670030. Acesso em: 9 out. 2025.

PITANO, Sandro de Castro. Metodologias participativas na práxis da educação popular: uma ética da transgressão desde as origens. **Horizontes**, Itatiba, v. 41, n. 1, e023039, 2023. DOI: https://doi.org/10.24933/horizontes.v41i1.1651.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1941. Acesso em: 25 maio 2026.

ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, 1996. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2019. Acesso em: 25 maio 2026.

SIMÃO, Felipe Pinto; SILVA NETO, Nathanael da Cruz e; TORRES, Julio Cesar. Pré-vestibulares populares e a democratização do acesso ao ensino superior. **ORG & DEMO**, Marília, v. 21, n. 1, p. 57-70, 2020. DOI: 10.36311/1519-0110.2020.v21n1.p57-70.

SOUSA, Fabiana Rodrigues de; LIMA, L. M. G.. História oral e educação popular: reflexões sobre metodologia e práticas de pesquisa pautadas no diálogo e na escuta sensível. **História Oral**, [*S. l.*], v. 25, n. 2, p. 135-152, 2022. Disponível em: https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/1262. Acesso em: 10 jun. 2025.